

2016

Boletim Conjuntural

Primeiro Trimestre



Política Monetária - Henrique Marinho
Política Fiscal - Carlos Eduardo dos Santos Marino
Política Cambial - Lauro Chaves Neto
Política de Rendas - Ricardo Eleutério Rocha



Boletim Conjuntural do Conselho Regional de Economia do Ceará

O Conselho Regional de Economia do Ceará (Corecon-CE) disponibilizará trimestralmente uma análise das perspectivas da economia nacional, regional e local, priorizando eixos de grande relevância para a economia.

A análise do primeiro trimestre de 2016, que fora elaborada por conselheiros do Corecon-CE e convidados, e que encontra-se disponível no presente documento, possibilita aos leitores uma atualização e um entendimento das políticas econômicas. Neste boletim inaugural, apresentamos os cenários e as perspectivas das políticas monetária, fiscal, cambial e de rendas.

Edilson Azim Sarriune - presidente do Corecon-CE

Porque a independência do Banco Central

Henrique Marinho

Conselheiro Suplente do COFECON e Sócio Diretor da C&M Consultoria Econômica e Financeira

Novamente o assunto da independência do Banco Central do Brasil ressurgiu nessa mudança de governo e proposta pelo Ministro Henrique Meireles, que já presidiu e conhece a necessidade dessa autonomia. A maioria dos Bancos Centrais do mundo gozam dessa prerrogativa de autonomia para poderem executar a política monetária com mais eficácia. A missão dos bancos centrais é preservar a estabilidade dos preços e, mais recentemente cumprir as metas de inflação que são propostas pelo governo ou por órgãos reguladores. Para seu cumprimento precisa ter autonomia para definir taxas de juros e volume de crédito, sem interferência política dos governos.

Como característica fundamental para essa autonomia é a definição de mandatos para os diretores e presidente, que deve ter mandato não coincidente com o do Presidente da República, para evitar indicações políticas. O Governo indica os membros da Diretoria e Presidente, que normalmente são submetidos à sabatina do Parlamento para o mandato, tirando do governo o poder de demitir. No caso específico do Banco Central do Brasil, existe um avanço institucional porque os Diretores são sabatinados pelo Senado e os últimos Presidentes da República têm dado relativa autonomia às decisões do Banco na definição das taxas de juros para cumprir a meta de inflação, mas os Diretores não têm mandatos e estão sujeitos a demissão a qualquer momento por parte do Governo. É preciso avançar mais para tornar o Banco Central do Brasil independente para cumprir sua missão sem riscos de interferência dos Governos.

O ovo ou a galinha?
Crise política, econômica e fiscal

Carlos Eduardo dos Santos Marino
Vice-presidente do Corecon-CE e Doutor em Economia (CAEN/UFC)

Existe um dilema sobre causalidade que é sintetizado pela pergunta “O que veio antes, o ovo ou a galinha?”. Essa pergunta, em linguagem simples, mas filosoficamente e cientificamente complexa, pode ser adaptada a situação atual do Brasil. Vivenciamos três grandes crises: a crise econômica, a crise fiscal e a crise política. Dos pilares que sustentam economicamente uma nação só escapamos devido ao volume de reservas internacionais, de uma crise externa.

Investigar o elemento de origem da tripla crise é um tema relevante e deverá ser analisado no futuro por historiadores e economistas, mas o problema urgente é verificar como o Brasil pode superar suas dificuldades no curto prazo. Acredito que, apesar do componente externo derivado da redução da atividade econômica mundial e conseqüente queda do preço dos produtos brasileiros, a intensidade da crise econômica brasileira é derivada das crises fiscal e política, e em maior intensidade, dessa segunda. A crise política impacta as expectativas, retardando os investimentos privados e o consumo. Em outra ponta, a crise política impõe ao governo a adoção de uma política fiscal restritiva, visando gerar expectativas positivas no mercado, mas a redução do custeio e do investimento do setor público tem efeitos negativos sobre o crescimento, intensificando a crise econômica.

A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) está em trajetória ascendente desde janeiro de 2014, atingindo 38,9% do PIB em março de 2016. Efetuando uma análise de mais longo prazo, percebemos que os níveis atuais de endividamento do setor público são inferiores aos registrados em praticamente toda a década passada. No final de 2002, a DLST era 59,9% do PIB. Em 2006, atingiu 46,5%, enquanto em 2010, a DLST registrada foi 38%. Percebe-se que nos anos de 2002, 2006 e 2010, estávamos em situação similar ou pior que a atual, sem com que analistas e sociedade levantassem a necessidade de um severo ajuste fiscal. Evidentemente, preocupa o crescimento exponencial da DLST a partir do segundo semestre do ano passado e o contínuo decréscimo real das arrecadações federal e estaduais, que são insustentáveis no longo prazo. Entretanto, a retomada do crescimento econômico corrigiria, pelo menos em parte, a queda na arrecadação. Logo, mais urgente que o ajuste fiscal, é necessário um choque de expectativas que destrave o investimento privado, proporcione a recuperação das receitas públicas e permita a redução dos juros.

Se o elemento central a ser atacado são as expectativas negativas derivadas da crise política, resta então saber, quais os agentes políticos que serão capazes de conduzir esse choque nas expectativas. Aparentemente, a sociedade brasileira ainda não definiu quais serão esses agentes.

Análise do Câmbio

Lauro Chaves Neto
Conselheiro e ex-presidente do Corecon-CE , Consultor, Professor da UECE

O cenário político tem dominado as atenções do mercado financeiro como um todo e do câmbio particularmente. O after impeachment trará mudanças ao modelo de matriz econômica adotado nos últimos anos. O clima de euforia com a mudança de governo é gerado com expectativas que precisam se confirmar em ações efetivas de política cambial. Usualmente o mercado já precifica o câmbio na expectativa, para realizar os seus ganhos na concretização da realidade. O BC tem tido uma postura forte agora na contenção da valorização do real, com a oferta de swaps reversos, procurando que não desça abaixo dos R\$ 3,50 por dólar.

Neste cenário de incertezas é muito difícil fazer qualquer tipo de projeção ou previsão, porém o dólar entre R\$ 3,50 e R \$3,80 não terá um impacto tão relevante que altere as tendências das exportações e importações de uma forma global, os saldos da balança comercial deverão continuar positivos ao longo de 2016. O IED depende muito do grau de confiança que os investidores estrangeiros têm na economia e no governo do Brasil no médio e longo prazo. O fluxo cambial deverá começar a apresentar melhor desempenho, mesmo com altos e baixos e terminar em 2016 positivo. O último Boletim Focus mostrou queda na projeção para o dólar em 2016 de R\$ 3,80 para R\$ 3,72. Já para 2017 o mercado espera que a taxa de câmbio fique em R\$ 3,91 ---anteriormente, a estimativa era de R\$ 4.

Política de rendas: por que e para quem?

Ricardo Eleutério Rocha
Economista e Professor da Unifor

Conforme o pensamento ortodoxo, o mercado é o alocador mais eficiente dos recursos na economia. Os desequilíbrios econômicos são temporários, pois os agentes econômicos agindo com liberdade e em benefício próprio conduzem a economia inexoravelmente ao equilíbrio. A desigualdade é a regra social. Para o liberalismo, portanto, a melhor política de rendas é não ter política de rendas.

A heterodoxia econômica, em oposição, sublinha que a igualdade deve ser a regra e a desigualdade (inerente às economias do capital) deve ser reduzida. Como o mercado é imperfeito, o Estado deve arbitrar preços, salários, aluguéis, juros e câmbio buscando reduzir a desigualdade distributiva. A política de rendas pressupõe, portanto, intervencionismo e dirigismo estatal.

No Brasil, onde 1% da população detém um quarto da renda, o Estado Leviatã, sob o signo da corrupção, comprometeu historicamente o crescimento e a distribuição de renda. Com a acelerada deterioração macroeconômica dos últimos dois anos, a queda na desigualdade verificada especialmente ao longo dos anos 2010 foi interrompida. O desafio das políticas públicas no Brasil é oferecer iguais oportunidades para que sejamos menos desiguais.